

40° Encontro Anual da ANPOCS

Caíque Cunha Bellato

A reportagem policial no Rio de Janeiro

Trabalho apresentado no Simpósio de Pesquisa Pós-Graduada “**SPG15 Intelectuais, Cultura e Política no Brasil Contemporâneo**” coordenado pelos professores Lidiane Soares Rodrigues (UFSCAR) e Alexandre Bergamo Idargo (UFSC).

Caxambu - MG
Outubro de 2016

RESUMO

A imprensa moderna que surge concomitante à cidade moderna foi buscar no drama da novidade o elemento a diferenciá-la das outras formas de contar o urbano. Como empresa do ramo do entretenimento, essa nova imprensa soube explorar o interesse dos leitores acerca do distante, do excêntrico, e claro do crime, para alavancar suas vendas. Com uma nova forma narrativa e através do repórter - um novo personagem da cidade -, a imprensa moderna irá reivindicar a primazia no tratamento das questões urbanas e dos fenômenos violentos que se davam no seu espaço. O presente trabalho tem como proposta a reconstrução analítica dessa perspectiva que passou a presidir as representações da cidade no início do século XX. Se hoje as imaginações construídas sobre o Rio de Janeiro estão marcadas pelo vocabulário bélico e pela ideia de uma cidade partida, no século passado a integração social da cidade foi pensada principalmente através do campo da cultura. Naquela quadra, foram os repórteres aqueles que tentaram traduzir e integrar o mundo urbano oferecendo uma imagem na qual os cariocas se reconheciam e com a qual, ainda hoje, convivemos.

Palavras-chave:

Sociologia; Reportagem policial; Imprensa moderna; Intelectuais; Rio de Janeiro.

NOTAS PRELIMINARES

A primeira consideração sobre o presente texto é uma explicação acerca do seu título vago e genérico. *A Reportagem Policial no Rio de Janeiro*. Pretendo - daqui em diante - apresentar um panorama de discussões sobre a prática da reportagem policial no Rio de Janeiro sem, necessariamente, aprofundar a análise em questões específicas. À maneira dos ensaístas, o esforço despendido será em compreender o contorno do objeto, em desenhar um mapa no qual o “problema” como um todo possa ser melhor visualizado, colocando de lado os detalhes entrevistados no percurso para que sejam analisados em outro momento. Se me detenho por mais tempo em uma ou outra figura histórica ou em um veículo de imprensa específico, o intuito não é outro senão destacar características gerais do meu objeto de estudo. De todo modo é preciso, já aqui, deixar claro com que ideia de reportagem estamos trabalhando. Com o aparecimento da cidade moderna, surge um novo modo de ver e contar a cidade. A imprensa moderna, que ensaia seus primeiros passos nesse mesmo contexto histórico, foi o local onde esse novo olhar, essa nova perspectiva, se desenvolveu. A conexão profunda que então se estabelece entre cidade e imprensa pode ser percebida na atuação de um novo personagem que se movimenta das altas rodas burguesas às áreas de degradação urbana. A reportagem e seu narrador e ator principal - o repórter - passaram, desde o final do século XIX, a presidir as narrativas sobre a cidade do Rio de Janeiro e sobre os fenômenos violentos que se dão no seu espaço. Sobre esse novo personagem urbano e sobre sua maneira peculiar de contar a cidade que o presente artigo irá tratar.

Uma segunda consideração, que não pode deixar de ser feita, é acerca dos dois momentos históricos contemplados nessa análise. Em um esforço de reconstrução analítica, pretendo aproximar as questões presentes no “fazer reportagem” dos primeiros repórteres daquelas presentes atualmente nessa categoria profissional. Muitos dilemas permanecem, outros tantos se atualizam. Naquele período histórico que se convencionou chamar de *belle époque* carioca, o repórter profissional se estabelece como um ator de destaque na construção de específicas representações da violência urbana. Para além das aproximações entre esses dois momentos [início dos séculos XX e XXI] pelo tipo de intervenção urbanística que estamos assistindo, penso que ao reconstruir analiticamente a perspectiva que passou a presidir as narrativas sobre a

cidade no início do século passado, podemos jogar luz sobre dilemas atuais acerca da prática de reportagem e - o que considero ainda mais valioso - refletir sobre as imagens que mobilizamos para falar do Rio de Janeiro.

Por último, é preciso esclarecer o motivo da escolha pelas reportagens policiais como objeto de reflexão. É notória a importância que a seção de crimes teve, e na verdade ainda tem, na imprensa moderna. O crime é a notícia mais irresistível e pitoresca. A nova imprensa, que se diferencia daquela do contexto imperial como um negócio ligado principalmente ao ramo do entretenimento, irá desenvolver uma linguagem atenta a tudo aquilo que possa “prender” o leitor de um jornal pago. As chamadas “páginas policiais” terão nesse contexto um lugar de destaque. No Rio de Janeiro, os grandes crimes que mobilizaram a atenção popular ao longo de décadas e renderam matérias nos seus principais jornais deram lugar ao crime organizado, ao narcotráfico, e aos conflitos urbanos. O aumento da criminalidade violenta, nos últimos anos, trouxe para a agenda da cidade a questão da segurança pública. Outrora, assunto restrito a poucos atores, agora a temática da segurança é uma das principais demandas de discussão dos cariocas. A imprensa não passou incólume por tais mudanças na ambiência da cidade. Evidente que hoje a crítica social e o tratamento intelectual da cidade se dão em um território discursivo muito mais povoado por diferentes saberes. No entanto, como seus pares do início do século passado, ainda hoje, são os repórteres os atores que buscam nas ruas do Rio de Janeiro a inspiração para traduzir os dramas, conflitos e mudanças por que passam os cidadãos.

PROFISSÃO DE RISCO

Luiz Werneck Vianna afirma que o período de redemocratização, além da ruptura com o padrão institucional vigente, trouxe uma alteração profunda nos modos de se pensar a realidade social brasileira. O processo de democratização que pôs fim ao regime militar e, em seguida, as vitoriosas demandas pela convocação de uma assembleia constituinte deixaram evidente o deslocamento que a sociedade vinha operando no seu sistema de orientação¹. Segundo o autor, quando a luta contra a ditadura militar deixa de ser a questão hegemônica no debate nacional, abre-se espaço para novos problemas e reflexões inspirados pela democratização no país, alterando as perspectivas pelas quais a categoria cidade é pensada. A Carta de 88, não por acaso chamada de Carta Cidadã, marca essa valoração da sociedade civil, esse desejo pela descentralização e pela proeminência do poder local sobre o central. Ainda segundo Werneck Vianna, nesse período, a mutação que diz respeito às ciências sociais guarda uma estreita relação com os processos de mudanças macroestruturais nos padrões de sociabilidade pelo qual o país passava. Segundo nossa hipótese, na imprensa esse processo de mudanças também foi percebido, embora tenha resultado em perspectiva que - ao contrário do que se deu nas ciências sociais, na qual o caráter normalizador foi abrindo espaço para uma postura mais compreensiva - tem favorecido uma compreensão de cidade que aponta para o controle como única forma de superar a evidente crise de sociabilidade. O discurso que a imprensa tem apresentado acerca do urbano e dos fenômenos violentos que se dão no seu espaço, desde meados da década de 1980, tem contribuído para a consolidação da ideia de guerra urbana. Ainda que não reine mais sozinha na arena discursiva, tal compreensão da cidade advinda da imprensa se reflete não somente nas políticas públicas apresentadas pelo Estado, marcadas pela ideia e pelo léxico da guerra, como também no próprio modo de viver dos cidadãos.

Segundo Maria Alice Rezende de Carvalho, a tradição analítico-interpretativa brasileira, centrada na questão do Estado estaria sendo substituída pela de cidade - e, com ela, a da cidadania e seus personagens. Na década de 1990, a autora propôs o argumento de que *“a cidade substituída o Estado como centro gravitacional da vida*

¹ WERNECK VIANA, Luiz. A propósito de uma introdução. In. Redemocratização e mudança social no Brasil. Org. Maria Celina D'Araújo. Rio de Janeiro: FGV, 2014. pp. 11-17.

coletiva e, mais importante, tornava-se um objeto de investigação regulado por uma agência específica, a Universidade” (1995a:262). No que tange a temática da violência urbana, Maria Alice marca o distanciamento atual da disciplina quanto à produção hegemônica nos anos 1970 afirmando que os especialistas têm procurado dotar esse tema de alguma autonomia analítica frente aos indicadores macroeconômicos. As análises recentes têm questionado o tipo de abordagem que teria marcado grande parte da literatura produzida sobre a violência urbana brasileira e que privilegiara a criminalidade em suas conexões com o padrão autoritário de modernização do país² (Carvalho, 1995b). Essa recente literatura sobre violência urbana estaria, conforme o argumento da autora, deslocando o modelo da causação social do crime e enfatizando, alternativamente, ora o contexto institucional, ora o cultural em que se verificam oscilações significativas no índice de delitos violentos. Para Carvalho, essas análises “contextualistas” da violência dedicam menor atenção ao macroambiente político, atendo-se, predominantemente, à microfísica da atividade criminosa e à sua capacidade de produzir incentivos à delinquência. Segundo Maria Alice, pode-se perceber nesse momento um deslocamento do *topos sociológico*, excessivamente normalizador em muitos momentos, em favor de uma perspectiva antropológica de análise, mais compreensiva do que explicativa. Conforme a autora, a sociologia, como disciplina, havia inventado a cidade e sua uniformidade social, caberia, então, à antropologia pesquisar as bases culturais das diferenças e os canais de circulação entre mundos tão diversos presentes nas grandes metrópoles (Carvalho, 1995a:265).

Se no ambiente acadêmico emerge uma perspectiva mais compreensiva acerca do urbano, na imprensa o caminho parece ter sido o exato oposto. Se nos primórdios da reportagem, figuras como João do Rio e Irineu Marinho puderam estabelecer uma espécie de língua franca da cidade ao enxergarem vias de integração do espaço urbano, principalmente através da cultura, nos anos 1980 o agravamento da crise de sociabilidade urbana parece ter desnordeado os repórteres da cidade. Aqueles que outrora foram tradutores da experiência, também traumática, de urbanização e

² Segundo essas análises, a escalada da pobreza e os níveis de desigualdade que resultaram do descaso do Estado em implementar políticas distributivas mais progressivas ao longo do período de crescimento econômico seriam os fatores responsáveis pela ampliação das taxas de conflito no Brasil. [...] Neles, entre outras características, chama a atenção a desimportância atribuída às especificidades de cada cidade e a associação imediata entre as variáveis macroeconômicas e o padrão de conflito social experimentado no mundo urbano brasileiro. In. CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *Cidade escassa e violência urbana*. Série Estudos, IUPERJ: Rio de Janeiro, n° 91 / agosto de 1995b.

modernização do Rio de Janeiro, hoje parecem não mais estar à altura do desafio presente de traduzir ou de criar um léxico que favoreça a integração social do espaço urbano. O olhar que os repórteres hoje lançam sobre o tema da violência urbana tem imposto a metáfora da guerra como o único caminho de interpretação do momento atual da cidade. A perspectiva que marcou o início da imprensa popular e moderna na cidade e que teve como um dos maiores representantes o repórter João do Rio, qual seja a de um olhar que tem como posto de observação as ruas e que necessita da movimentação pela cidade, da arte de flunar, para captar a sociabilidade advinda do ambiente urbano, vai dando lugar a uma perspectiva que além de apresentar certa cegueira antropológica - pois não enxerga na alteridade senão uma possibilidade de intervenção -, tem uma compreensão da crise de sociabilidade que reforça formulações como a de que vivemos em uma “cidade partida”.

Com a expansão do tráfico de drogas e armas, a criminalidade cresceu de maneira exponencial no Rio de Janeiro e no país a partir da década de 1980. De tal forma, que o noticiário sobre a violência transbordou dos “*seus tradicionais redutos nas editorias e jornais especializados em crimes e [ganhou] destaque, de maneira generalizada, em todos os meios de comunicação*” (Rondelli, 2000:144). Sem dúvida, nas últimas décadas, o fenômeno da violência urbana se tornou mais complexo e os órgãos de imprensa e seus profissionais também mudaram em muitos aspectos. No livro “*50 anos de crimes – Reportagens policiais que marcaram o jornalismo brasileiro*”, o organizador da coletânea, Fernando Molica, mostra o agravamento e a disseminação da violência na sociedade brasileira e a mudança de perspectiva dos jornais para abordar o tema. É possível acompanhar nessas narrativas a transição não só do tempo, mas do olhar que os repórteres adotam para contar a cidade e suas mazelas.

Segundo Molica, o crime dos anos 1950/60 tendia à individualização, ou pelo menos assim era percebido pelos repórteres. Era como se cada um daqueles episódios (ações criminosas ou violentas) fosse considerado um desvio, uma anomalia que poderia ser isolada. Figuras como Mineirinho e Cara de Cavalo eram perseguidas por repórteres que sonhavam em transformar-lhes em personagens de suas histórias. As reportagens desse período revelam observadores ainda inseridos no ambiente dos acontecimentos, repórteres conhecedores da cidade, de sua dinâmica, que para encontrarem seus personagens ainda se dirigiam às ruas. Algumas vezes, o faro dos repórteres, seu senso de oportunidade, era mais eficaz que o da própria polícia. A

matéria publicada no dia 2 de maio de 1962 no jornal O Dia sobre a morte do bandido Mineirinho, executado pela polícia após um longo período de perseguição, revela que o cadáver foi descoberto pela reportagem de O Dia e A Notícia e os policiais foram conduzidos ao local onde estava o corpo em um carro de reportagem³.

Em outubro de 1961, Octávio Ribeiro, o famoso Pena Branca⁴ um dos mais notórios repórteres de polícia do país, conseguiu uma entrevista exclusiva para o jornal Última Hora com o assaltante Mineirinho, então foragido. Para chegar até o bandido, o repórter improvisou e usou métodos que fariam seu nome conhecido no meio jornalístico.

Durante vários dias, o repórter Octávio Ribeiro vasculhou morros da Guanabara e do Estado do Rio. Dormiu em favelas, em barracos de madeira, chão de terra e teto de lata. Conversou com a gente desse mundo diferente da vida do asfalto. Fez amizades com malandros e assaltantes. Pagou pinga nas biroskas onde alguém pudesse fornecer uma pista para a localização de “Mineirinho” – o homem caçado, vivo ou morto, pela Polícia de dois estados. E só voltou à redação quando conseguiu furar o cerco policial, trazendo fotos e as declarações de “Mineirinho”, em sensacional entrevista exclusiva”. (Última Hora, 11/10/1961)

Lícia Valladares (2000) ao reconstituir a forma pela qual a categoria favela foi sendo substantivada ao longo das primeiras décadas do século XX, mostra como ela foi e é empregada como antônimo de cidade. Segundo a autora, as representações e as imagens de favela, ainda hoje, não conseguiram se desvencilhar do seu “mito de origem”. *A gente desse mundo diferente do asfalto*, como na reportagem de Última Hora, vive em territórios exóticos, apartados da cidade, com uma sociabilidade avessa à ordem urbana e social estabelecida. Segundo Valladares, essa imagem de um mundo diferente, de uma cidadela da miséria, irá plasmar um arquétipo de favela, lançando as bases necessárias para a sua transformação em problema (2000:36). As imagens da fratura social e de uma cidade partida seriam uma produção intelectual que constrói a

³ Reconhecendo o cadáver como sendo de “Mineirinho”, o repórter José Bouças e o fotógrafo Hino Patrício, de O Dia e A Notícia, rumaram para a Delegacia do 17º Distrito Policial, cujo titular, o delegado Hermes Machado, acompanhado do detetive Armindo, foi conduzido ao local na viatura desta empresa, constatando que, de fato, aquele era o corpo de “Mineirinho”. (O Dia 02/05/1962).

⁴ Octávio Ribeiro, o “Pena Branca”, de tão conhecido no meio jornalístico, chegou a inspirar a criação do personagem Waldomiro Pena, repórter interpretado por Hugo Carvana no seriado Plantão de Polícia, da Rede Globo.

representação da favela como “*território da violência, como lugar de todas as ilegalidades, como bolsão da pobreza e da exclusão social*” (2000:20). A crítica da autora não se dirige prioritariamente a atividade da imprensa, em sua mira estão as formas pelas quais a favela se constituiu como problema social e como problema sociológico.

Conforme sugere Maria Alice Rezende de Carvalho, a cidade talvez necessite ser inquirida por seus espaços mais instáveis, mais precários, a fim de que se problematize a gênese da organização de um modo de vida, de um *ethos* urbano (2014). Como mostra Licia Valladares (2000), os anos de 1990 testemunharam um renovado interesse da academia pelo tema favela. As pesquisas multiplicaram-se e um número crescente de alunos de pós-graduação passou a se interessar pelo assunto, instituições governamentais e não-governamentais ganharam igualmente peso na demanda de pesquisas e o Programa Favela-Bairro lançado pela prefeitura do Rio de Janeiro em 1993 acentuou ainda mais a produção desses estudos. No entanto, como afirma a autora, essa produção foi marcada por pressupostos que limitaram os trabalhos a uma perspectiva que enxergou nas favelas apenas o oposto do território formal da cidade. A imprensa que poderia ser uma fonte produtora de integração social, com seus agentes - os repórteres - movimentando-se por todo o território urbano, assim como a academia, mesmo quando está dentro das favelas mantém um olhar que não permite enxergar na favela senão o território de carências, o negativo da cidade.

No artigo *Direto do front: notas sobre reportagem e narcotráfico no Rio de Janeiro*, Carlos Nobre conta como repórteres da editoria de cidade dos jornais cariocas passaram a cobrir em morros e favelas do estado as investidas policiais de combate ao narcotráfico. O autor, repórter experiente com passagem pelos grandes jornais da cidade, conta que o surgimento do narcotráfico, na década de 1980, surpreendeu a reportagem policial carioca, preparada para cobrir casos de homicídios, roubos, furtos, assaltos, julgamentos de criminosos e, principalmente, crimes passionais envolvendo algumas celebridades. Quando a polícia começou a fazer as chamadas “operações” de repressão ao tráfico no próprio reduto dos chamados “donos do morro”, os repórteres - no rastro dessa nova modalidade de atuação policial - passaram a cobrir essas ações direto das zonas conflituosas, segundo o autor, “*para levar ao leitor as informações – e até as emoções – mais quentes da guerra entre traficantes e policiais*”.

Segundo Nobre, “os repórteres se viram obrigados a lançar um “novo olhar” para a realidade dos morros cariocas. Acabara, dali por diante, certo romantismo na cobertura policial, em que agentes da lei e vilões eram de certo modo glamourizados pela imprensa”. Essa tolerância para com o que havia de desviante não era exclusividade dos repórteres policiais da cidade. Segundo Maria Alice Rezende de Carvalho (1995b), durante o regime militar, a sociedade, em geral, parece ter experimentado um certo afastamento do quadro normativo vigente, isto é, uma recusa - latente ou manifesta - às instituições do autoritarismo. Desconhecendo, dessa forma, restrições muito severas às formas selvagens ou mesmo ilegais que o “*inconformismo dos marginalizados*” pudesse assumir. A compreensão do agravamento da crise de sociabilidade nos anos 1980 não pôde mais se basear no imaginário social das décadas de 1960 e 1970 que valorizava atitudes que desafiassem a ordem ditatorial, muitas vezes idealizando o personagem criminoso. Os novos tempos demandavam outras categorias discursivas.

Não é alheio o fato de que nos anos 1980, quando a cidade começa a ser foco das atenções da imprensa pela emergência do crime organizado, desordem urbana e violência, um jornalista como João do Rio, que subia morros, visitava manicômios, presídios, opiários e outros ambientes, ditos por ele mesmo de degradação humana, tivesse audiência e projetasse sua obra. Após meio século esquecido, desde 1921 quando morreu, João do Rio começa a ser recuperado na década de 1980⁵ - talvez em função da necessidade de se compreender a cidade. A reportagem praticada por João do Rio pôde nos contar algo acerca da trajetória de uma cidade que então precisava ser melhor entendida, seus pressupostos se não estão em voga hoje com certeza não é pelo fato de termos alcançado o objetivo de compreender, de captar a alma da cidade. Quase um século distantes de João do Rio e daquela imprensa popular e moderna que nascia, não podemos esperar que a atual empresa jornalística - voltada para atender as expectativas do seu público leitor, cada vez mais exclusivamente ligadas ao entretenimento - mantenha a mesma postura dos seus anos iniciais.

⁵ Segundo Julia O’Donnel, da data de sua morte até 1971 - quando foi lançada uma antologia da sua obra - o nome de João do Rio deu título a apenas três capítulos de livros dedicados à literatura brasileira. Na década de 1980, Antônio Cândido com o artigo “Radicais de ocasião” dá início a uma fase de renovado interesse pelo cronista que terá nos anos 2000 seu ápice, com a reedição de seus principais livros e alguns títulos dedicados a sua vida. (O’Donnel, 2007:26).

A experiência de Carlos Nobre como repórter na cidade permite que, sem maiores pudores, o autor evidencie os atuais critérios jornalísticos que definem a presença de uma equipe de reportagem em um local onde, por exemplo, está sendo feita uma intervenção policial. Segundo o autor, os jornais cujos leitores são de classe A/B, em geral, tendem a acompanhar operações policiais quando se trata de fato previamente confirmado com as seguintes potencialidades de “notícia”: *“grande número de policiais envolvidos na operação, a possibilidade de serem obtidas imagens chocantes, potencial de conflito com traficantes, a possibilidade do conflito se estender aos bairros de classe média vizinhos às comunidades, morte de inocentes por balas perdidas, denúncia de torturas e mortes de moradores”* (Nobre, 2005). Alguns destes critérios, segundo Nobre, também balizam a cobertura dos jornais cujos leitores são das classes C/D/E – os chamados jornais populares. Estes, no entanto, como baseiam sua cobertura praticamente no que acontece na cidade – e como seus leitores são bastante influenciados pela ação da criminalidade – tendem a cobrir mais os fatos policiais que os jornais de classe média.

Generalizações devem sempre ser evitadas se quisermos uma visão que nos ajude a entender a realidade social em que nos encontramos imersos. Não se pode negar que repórteres também têm tentado uma cobertura mais compreensiva do momento atual. Durante a década de 1990, os repórteres da cidade, ainda que limitados na sua perspectiva pelos “óculos especiais”⁶ que os jornalistas utilizam, buscaram - assim como os pesquisadores acadêmicos - entrar nesse mundo diferente do asfalto a fim de encontrar elementos para compreensão do drama vivenciado. Em 1992, após o assassinato da dona-de-casa Diva Dias de Souza, de 50 anos - que foi torturada e morta a tiros por traficantes da favela do Jacarezinho, onde morava -, o Jornal do Brasil pediu ao repórter Renato Garcia uma série de reportagens que seriam o retrato do narcotráfico no Rio de Janeiro. Durante 30 dias Renato trabalhou na produção dessas matérias. Passou a visitar a favela do Jacarezinho, conversou com moradores, comerciantes, lideranças comunitárias e policiais até o momento em que o tráfico local permitiu. Com a impossibilidade de voltar ao Jacarezinho, o repórter buscou outros redutos do narcotráfico. Entrou em Bangu I e conversou com a cúpula do Comando Vermelho. Em postura etnográfica, documentou a dinâmica do varejo de drogas em um morro do

⁶ A expressão é de Pierre Bourdieu. Segundo o autor, jornalistas usam “óculos especiais” a partir dos quais veem certas coisas e não outras. Essa forma particular de observação é influenciada pelo *habitus* e pela estrutura do campo jornalístico (1997:25).

Andaraí. A série de reportagens “República do Pó” de Renato Garcia, Antônio José Mendes e Hélio Muniz, recebeu o prêmio Esso regional Sudeste daquele ano.

Se os anos 80/90 marcam a compreensão de cidade dos repórteres como um território em guerra, a virada do século erguerá ainda mais alto as fronteiras que dividem a cidade no imaginário desses profissionais. Em junho de 2002, o repórter Tim Lopes foi capturado por um grupo de traficantes enquanto produzia uma reportagem sobre exploração sexual de menores em uma favela do Complexo do Alemão, Zona Norte do Rio de Janeiro. Tim Lopes teria sido descoberto com uma câmera escondida. Depois de torturado pelos bandidos, o repórter foi esquartejado, queimado e enterrado. Seus restos mortais foram encontrados em um cemitério clandestino, no alto do morro, com outras dezenas de ossadas. Esse assassinato bárbaro irá redefinir a prática de reportagem policial na cidade do Rio de Janeiro. Desde a morte de Tim Lopes, os repórteres que cobrem criminalidade vêm repensando suas práticas. Os costumes de acompanhar ações policiais e infiltrar-se em favelas, por exemplo, estão sendo abandonados pela maioria dos repórteres dessa área. Ao buscar métodos de trabalho mais seguros, esses profissionais chegaram a uma situação paradoxal. De fato, ainda são repórteres - se utilizam da reportagem para contar suas histórias, estão ligados a uma empresa jornalística, buscam no drama da novidade o elemento que irá conquistar seu leitor -, porém, já não cumprem a premissa fundamental dessa profissão: testemunhar de perto os eventos que serão narrados.

Durante o seminário “Jornalismo de Risco no Brasil: Tim Lopes, 10 anos depois” realizado nos dias 31 de maio e 1º de junho de 2012, na ESPM (Escola Superior de Propaganda e Marketing), no Centro do Rio de Janeiro, Marcelo Moreira, então presidente da ABRAJI⁷ (Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo), disse que a morte de Tim Lopes foi um marco no jornalismo investigativo no Brasil. Matérias que demandam infiltração do repórter em ambientes hostis fariam parte, agora, de um período romântico do jornalismo policial. A tendência atual - diz Marcelo Moreira - seria deixar de enfatizar o papel do jornalista como testemunha ocular dos fatos e passar a valorizar a capacidade do repórter de contar uma história a partir de relatos de

⁷ A Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo, a ABRAJI, foi criada em 2002 por um grupo de jornalistas interessados em trocar experiências, informações e dicas sobre reportagem, principalmente sobre reportagens investigativas. Mantida pelos próprios associados, a ABRAJI tem o objetivo de organizar congressos, seminários e oficinas para promover o aperfeiçoamento profissional dos jornalistas interessados no tema “investigação”.

terceiros. Em entrevista a Clarinha Glock (2006), João Antônio Barros, então chefe de reportagem de O Dia, diz que cada vez mais se cobre por telefone e menos pela rua. *“Em O Dia está proibido fazer matéria em favela do tipo “viver um tempo ali para denunciar” ou sobre as leis do tráfico. Agora se faz só o que chega ao asfalto”*.

Nessa lógica de territorialização, que separa a cidade formal da cidade informal, as investidas dos repórteres para cobrirem os fatos de violência urbana ficam detidas a uma geografia dual da cidade. Sem acessarem o local dos acontecimentos, esses novos repórteres narram suas histórias sem de fato presenciá-las. O paradigma fundamental da reportagem, de ser um relato de um sujeito que viu ou presenciou os fatos, começa a ser relativizado. E não apenas o testemunho do repórter, mas também os de moradores de favelas ficam de fora da cobertura que a imprensa tem feito sobre o tema. A ausência do ponto de vista dos moradores dessas regiões, o contato restrito com essa importante fonte na matéria sobre criminalidade urbana, tem marcado as reportagens que tratam do assunto. Atualmente, a abordagem da grande mídia sobre favelas não reflete a pluralidade de experiências vividas pelos moradores dessas comunidades. No mencionado seminário “Jornalismo de Risco no Brasil: Tim Lopes, 10 anos depois”, a repórter do jornal O Globo, Vera Araújo⁸ afirmou ser importante driblar as dificuldades do cotidiano para buscar uma cobertura de favela mais diversificada e independente do discurso policial. A repórter contou qual tem sido a via alternativa para chegar até os moradores, fonte fundamental para essas reportagens: *“uma das técnicas que estamos utilizando é tirar a pessoa da favela e manter o anonimato”*⁹. Ou seja, do território apartado da cidade só chega o depoimento de poucos moradores - ainda assim sob o véu do anonimato. O drama vivido, a ambiência local, as formas de interação, tudo isso escapa ao repórter que já não está lá para observar essa parte da cidade. Para o jornalista Caco Barcellos, a mídia não está cobrindo bem esse universo. *“Os jornalistas acreditam cegamente, na maior parte das vezes, nas informações da polícia, que nem sempre têm qualidade, apuração criteriosa”* (Paiva e Ramos, 2007:85). Barcellos afirma que é impossível cobrir direito um universo se você não o frequenta. *“Não*

⁸ A repórter Vera Araújo passou um ano afastada do jornal por conta de ameaças depois de assinar, em março de 2005, uma reportagem sobre as milícias armadas - formadas principalmente por policiais.

⁹ Declaração feita durante o seminário “Jornalismo de Risco no Brasil: Tim Lopes, 10 anos depois” realizado nos dias 31 de maio e 1º de junho de 2012, na ESPM, no Centro do Rio de Janeiro.

bastam a internet, as fontes de pesquisa. Estas são fundamentais, mas são acessórios. O jornalista tem de estar perto das pessoas”.

É significativo que o assassinato de Tim Lopes ao invés de servir para chamar a atenção para a situação alarmante pela qual passam os moradores das áreas submetidas a mandões locais tenha somente evidenciado a existência das fronteiras da cidade, sobrecarregando ainda mais a estigmatização desses locais. A sensação de insegurança dos repórteres da cidade, intensificada pela morte de Tim Lopes, faz com que muitos profissionais - ainda hoje - só entrem nas favelas quando acompanhados pela polícia. Este receio também tem contribuído para que a cobertura dos espaços populares seja dominada pelas ocorrências policiais¹⁰, o que reforça a representação desses lugares como opostos da cidade formal. A mídia tem desempenhado papel central na construção dessa representação negativa dos espaços populares da cidade. Abdicando da sua capacidade de integrar o tecido urbano, os repórteres da cidade têm reforçado a ideia de que é preciso um controle policial e militar sobre tais áreas.

A ideia de guerra civil, já arraigada no senso comum, como categoria apropriada para dar conta do clima de violência dos centros urbanos brasileiros, em especial do Rio de Janeiro, de tal forma conquistou o imaginário dos profissionais de imprensa que tivemos durante a primeira década do século XX - a despeito da estabilidade institucional do país e das boas relações que mantemos com nossos vizinhos - cursos voltados para profissionais da imprensa que trabalham em áreas com conflito armado deflagrado. Em 2006, por exemplo, o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro e os dois sindicatos patronais – o de Rádio e TV e o de Jornais e Revistas – promoveram em parceria com o *International News Safety Institute* (INSI), durante quatro dias, um treinamento para jornalistas que trabalham em cobertura de episódios violentos. Cinquenta profissionais receberam as orientações de Heather Allen, uma ex-oficial das Forças Especiais do Exército Britânico que se especializou em

¹⁰ Segundo uma pesquisa desenvolvida pelo CESeC (Centro de Estudos de Segurança e Cidadania) em 2004 e 2006, a cobertura da violência, da segurança pública e da criminalidade realizada pela imprensa brasileira sofre de dependência em alto grau das informações policiais. A polícia é a fonte principal – se não a única – na maioria esmagadora das reportagens. Em 2004, uma análise de 2.514 textos publicados em nove jornais de três estados demonstrou que a polícia era a principal fonte ouvida em 32,5% dos casos. Quando eram desconsiderados os textos que não indicavam fontes – notas, rápidos registros de encontros de cadáveres, roubos e outras ocorrências, que compunham 24,8% da amostra – o percentual subia para 43,2%. Em outro levantamento, realizado pelo CESeC em 2006 sobre oito jornais do Rio, 26,9% dos 2.651 textos baseavam-se em informações policiais. Além destes, um grande número de notas, que compunham 34,6% da amostra, tinha como fontes os boletins de ocorrência. O relatório completo encontra-se em www.ucamcesec.com.br.

treinar jornalistas de áreas conflagradas em diversos países. Uma semana depois, em parceria com a ABRAJI, os sindicatos patronais de São Paulo repetiram o treinamento, com mais cinquenta profissionais.

Conforme proposto por Maria Alice Rezende de Carvalho (1995b), uma cidade é pequena, do ponto de vista político, quando não consegue prover de cidadania as grandes massas, isto é, não consegue contê-las sob a sua lei e guarda. No diagnóstico apresentado pela autora, a violência nas grandes cidades brasileiras está associada à baixa legitimação da autoridade política do Estado, cujo “privatismo congênito” estreitou excessivamente a dimensão da polis, condenando praticamente toda a sociedade à condição de bárbaros. Por “cidade escassa” é designada sinteticamente a cidade que se torna objeto de disputa generalizada e violenta entre os seus habitantes. A expressão refere-se à dimensão residual da cidadania e à sua parca competência para articular os apetites sociais à vida política organizada.

Marcelo Burgos (2005) afirma que o pós-industrialismo recolocou no centro do debate a especificidade da questão da integração urbana, invertendo a tônica preexistente que tendia a colocar como marginal experiências urbanas como a do Rio de Janeiro, onde o mercado de trabalho nunca foi capaz de substituir outras fontes culturais produtoras de solidariedade. A ênfase em conceitos que operam na chave da integração social e não na da luta de classes estaria ganhando, segundo o autor, um estatuto mais universal para se pensar as cidades brasileiras. A crise de solidariedade, provocada pelo desencaixe entre os interesses e o quadro político-institucional, que o conceito de “cidade escassa” quer tornar inteligível, segundo Burgos, aponta a ausência de cultura cívica como chave para se compreender a desordem urbana experimentada no cotidiano violento das grandes cidades brasileiras. O desafio político da integração social do espaço urbano, segundo o autor, remeteria à experiência da Chicago da virada do século XIX, quando se tomou contato com um tipo novo de violência urbana, oriunda de conflitos decorrentes da superposição entre culturas e territórios. “*Guardadas as devidas diferenças, é o mesmo desafio à superação das fronteiras territoriais que precisa ser enfrentado no Brasil contemporâneo, e no Rio de Janeiro em particular*” (Burgos, 2005:192).

Preocupados em captar a alma, as formas de socialização, do ambiente urbano, repórteres como João do Rio e Irineu Marinho - à maneira dos sociólogos ligados às

teorias da interação - fizeram, no início do século passado, do território carioca o seu laboratório de investigação da natureza humana. Movimentando-se pela cidade, os repórteres de então foram capazes de atenuar fronteiras sociais e intelectuais estabelecendo um léxico comum entre os cidadãos. Se hoje as imaginações construídas sobre o Rio de Janeiro estão marcadas pelo vocabulário da guerra e pela ideia de uma cidade partida, no século passado a integração social da cidade foi pensada principalmente através do campo da cultura. Foram os repórteres aqueles que tentaram traduzir e integrar o mundo urbano oferecendo uma imagem na qual os cariocas se reconheciam. Se hoje esse desafio parece quase impossível, talvez seja válido olhar para o passado a fim de recolher algumas lições e imaginar caminhos possíveis.

Reportagem: um modo de contar a cidade

Maria Alice Rezende de Carvalho ao analisar a construção intelectual do Rio de Janeiro diz ser extensa a lista de cronistas cariocas que procuraram caracterizar a cidade, desde o final do século XIX, e que sua intenção ao evocar alguns autores é tão somente a de propor certas hipóteses sobre “*a origem daquilo que se afirma ser a expressão da singularidade do Rio de Janeiro*” (Carvalho, 1985). Ou seja, a autora irá procurar as origens das imagens mobilizadas para falar do Rio de Janeiro e que estiveram - e estão ainda hoje - presentes no debate público da cidade. Nessa incursão, ela sugere que “*a produção e a reprodução das imagens consensuais sobre esta cidade [o Rio de Janeiro] estão, também, associadas à atuação de um tipo de intelectual cujo lugar social e posto de observação prioritário foi, originalmente, a rua e não as instituições.*”¹¹ Segundo a autora, no Rio de Janeiro do início do século XX, a exemplo do que ocorreu com os intelectuais franceses sob o *Ancien Régime*, a ausência de mecanismos de incorporação da *intelligentzia* à vida institucional pode ter contribuído para que a narrativa sobre a cidade se desenvolvesse sem os controles tradicionalmente operados pelas elites.

A autora sustenta que a atividade intelectual no Rio de Janeiro enfrentou condições bastante diversas das que se desenvolveram em outras cidades brasileiras, nas quais as elites econômicas ou políticas mantiveram a cultura sob controle institucional.

¹¹ CARVALHO, Maria Alice Rezende de. Quatro vezes cidade. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1985. Pg 31.

Diversamente de São Paulo, onde os intelectuais estavam voltados para a defesa e a expansão do complexo econômico cafeeiro, o Rio de Janeiro durante seu período de modernização não teve como referência predominante a realidade do mundo da produção. Segundo Maria Alice, em contraste com a trajetória paulista - onde a ideia de mercado foi a “ficção” consensual -, a modernização no Rio de Janeiro não produziu modificações significativas na estrutura da sociedade.

Aqui, portanto, a ideia de modernização não se fez acompanhar de um profundo processo de reformulação do tecido social, capaz de redefinir radicalmente a feição da cidade. Ao contrário, a cidade reformulava-se - expressando-se nos termos de Angel Rama¹² -, na letra de seus intelectuais e na prancheta de seus engenheiros, sem que o mercado tivesse determinado a identidade e o lugar preciso de *novos* agentes sociais. (CARVALHO, 1985:36)

A atividade dos intelectuais cariocas, fundada, portanto, originalmente na observação das *ruas* seria a força diretiva a organizar a nova ambiência da cidade. A relação dessa *intelligentzia* com a cidade não trilhou o caminho das instituições, mas, antes, procurou a cumplicidade na “*imaginação*”. Segundo a autora, essa imaginação¹³ que se criava sobre a cidade teve como reduto principal a imprensa carioca. Foi nela que, em larga medida, a *intelligentzia* da *ville* encontrou espaço para produzir e influir no mundo. Maria Alice falando sobre Irineu Marinho, seu jornal A Noite e sobre a própria cidade do Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XX, afirma que juntos esses personagens constituem uma boa chave para decifrar a moderna experiência cultural na capital da República (Carvalho, 2012). Com suas reportagens fotográficas, charges e textos ágeis, A Noite teria constituído uma espécie de “língua franca” capaz de atenuar fronteiras sociais e intelectuais da cidade. Segundo Maria Alice, são as figuras do repórter, da imprensa profissional e popular, e de um território socialmente mesclado que permitem entrever os andaimes de um mercado de notícias e

¹² A autora se refere ao livro A cidade das letras de Angel Rama, ed.1985.

¹³ Maria Alice diz que em resumo a ambiência intelectual da belle époque carioca e as suas referências à cidade podem ser sintetizadas em torno de quatro pontos principais: (a) a constatação de que estava em curso um processo inédito de transformações da cidade; (b) o diálogo com e o questionamento da noção oficial de progresso; (c) a proximidade e a identificação dos intelectuais “sem lugar” com a situação dos excluídos, e; (d) a crescente sensação de que não seria desses seres que se extrairiam as bases de uma regeneração dos laços de solidariedade. Maria Alice Rezende de Carvalho. Quatro vezes cidade. op cit. Pg.41

entretenimento em construção, que na sua origem não separou radicalmente elite e povo.

Essa moderna imprensa popular - caracterizada por Maria Alice através do periódico lançado em 1911 por Irineu Marinho -, com sua linguagem ágil, acessível, que utilizava-se de fotografias, charges e caricaturas, teria conquistado o público carioca, principalmente, através de uma das suas grandes inovações; a realização de reportagens investigativas. Na produção dessas narrativas, a equipe do jornal chegava a interferir diretamente nos fatos, com seus repórteres atuando incógnitos para, por exemplo, fazer uma denúncia¹⁴. As mais memoráveis dessas campanhas, em que o narrador é parte da cena narrada, foram as reportagens que ficaram conhecidas como as do Faquir d'A Noite [que pretendeu denunciar a atuação de charlatões na cidade] e da Roleta da Carioca. A utilização de recursos dramáticos, o enlace entre reportagem e drama, realidade e ficção, evidencia a intenção de tocar a sensibilidade da população do Rio de Janeiro, o que segundo Maria Alice, ajuda a compreender o sucesso de mercado do jornal que originalmente não tinha lastro econômico.

Com a profissionalização dos jornais, mudava também o seu padrão editorial: a defesa de princípios perdia o lugar proeminente que detivera no século XIX, sendo substituídos por denúncias e, mais ainda, por reportagens que pretendiam falar diretamente ao coração do leitor. Daí o apreço dos novos jornais por crimes, fatos extraordinários, curiosidades científicas, fenômenos paranormais e prodígios circenses. A essa modalidade de escrita se deu o nome de *fait-divers*, sendo ela a característica comum à imprensa no período. (CARVALHO, 2012:47)

Pierre Bourdieu falando sobre o mesmo período histórico, afirma que o campo jornalístico constituiu-se como tal em torno da oposição entre os jornais que ofereciam antes de tudo “notícias sensacionalistas” e jornais que propunham análises e “comentários”, aplicados em marcar sua distinção com relação aos primeiros afirmando abertamente valores de objetividade (Bourdieu, 1997:105). A oposição entre duas lógicas e dois princípios de legitimação - o reconhecimento pelos pares e o

¹⁴ No livro que trata da trajetória do jornal, Maria Alice destaca reportagens como Palácio dos Suplícios, na qual um jornalista se internou num asilo para mostrar o tratamento aos internos; Fazedoras de Anjos, que contou com uma colaboradora do jornal para denunciar a prática ilegal do aborto; Como é fácil roubar!, na qual os repórteres conseguiram furtar vários objetos de museus e bibliotecas cariocas, demonstrando como era frágil o sistema de segurança dessas instituições; Duas semanas entre os mendigos, sobre a indústria da mendicância no Rio de Janeiro; entre outras. In. Maria Alice Rezende de Carvalho. Irineu Marinho: imprensa e cidade. São Paulo: Globo, 2012. Pgs 139-159.

reconhecimento pela maioria - marcaria os primeiros anos dessa nova imprensa. A reportagem – uma inovação introduzida àquela época – seria quase um gênero ficcional, um ramo da literatura realista, desenvolvido também na tensão entre objetividade e mobilização das emoções, entre verdade e sensacionalismo. Essa espécie de ficcionalização da realidade - reforçada contemporaneamente pelo viés do entretenimento - seria um fenômeno constitutivo do jornalismo moderno.

No Brasil, tal processo de modernização da imprensa - concomitante ao processo de modernização da cidade - se dá de maneira bem diferente da que se deu nos países centrais, a começar pelo público leitor que será menor¹⁵. De toda forma, também tivemos por aqui empresários que tentaram imprimir algumas das características dessa nova imprensa, com forte influência norte americana. Para além da incorporação de avanços tecnológicos e editoriais, era preciso, sobretudo, investir no recrutamento de uma gente audaz, dinâmica e disposta a aprender e a crescer junto com a empresa¹⁶. O repórter talvez seja o principal personagem desse contexto. Ele vai se apresentar pela primeira vez na cena urbana - antes não havia repórter, havia o colaborador do jornal -, como uma figura ágil, que está sempre próxima dos acontecimentos, pronta a identificar o drama urbano e transformá-lo em manchete¹⁷. O repórter será aquele a ficcionalizar, estilizar, os acontecimentos da cidade.

Não se dá sem tensão o aparecimento de um novo conjunto de observadores e de tradutores da cena urbana. De modo predominante, durante o século XIX os literatos colaboram com a imprensa, e no XX dá-se uma inversão entre os personagens - o escritor e o repórter - e a imprensa passa a informar a literatura. Até então, os artigos de jornal eram produzidos por literatos. Os repórteres transformaram o jeito de dar notícia, substituindo a retórica e o linguajar empolado pelo drama da novidade. Esse profissional, tradutor de uma nova configuração urbana que impôs uma linguagem própria ao jornalismo, foi dos primeiros a perceber as transformações por que passava a

¹⁵ “A escassez do público brasileiro é atestável pelas tiragens dos jornais. No início do século XX, as cinco folhas mais importantes da capital federal - Jornal do Brasil, Jornal do Commercio, Gazeta de Notícias, Correio da Manhã e o Paíz - conformavam juntas, uma tiragem de 100 a 150 mil exemplares, enquanto o jornal inglês Daily Mail sozinho atingia a marca de 600 mil exemplares. No caso do New York Journal, os números são ainda mais espetaculares, pois durante a cobertura jornalística da Guerra Hispano-americana de 1898, o jornal teve tiragem superiores a um milhão de exemplares!” Op cit.Pg. 46.

¹⁶ Op cit. Pg. 40.

¹⁷ Op cit. Pg. 49.

cidade e a incorporá-las ao seu ofício. Dessa geração de intelectuais que viveu a transição da boemia literária de fins do século XIX para a profissionalização de uma nova imprensa de característica popular, João do Rio será o personagem mais representativo. Reivindicando as ruas como objeto jornalístico, João do Rio procura mostrar nas suas crônicas uma sociabilidade que provém do espaço público, da rua, da relação que se estabelece entre a vida subjetiva dos cidadãos e a materialidade urbana a que estão expostos.

O *flanêur*, conhecedor da cidade que transitava tanto nas altas esferas quanto nos locais degradados, foi dos primeiros a fazer sua carreira integralmente dentro da imprensa - quando o padrão era fazer da produção jornalística um complemento financeiro. João do Rio, com sua imaginação de repórter, apresenta na sua obra um tratamento intelectual da cidade do Rio de Janeiro sensível às transformações em curso. Pioneiro na imprensa brasileira do que hoje conhecemos por reportagem - um texto produzido a partir de situações observadas *in loco* e registradas através de um olhar que permita traduzi-las ao público leitor - João do Rio teve destacada em pesquisa recente, como marca principal da sua obra, exatamente a postura de observador com que se apresentava¹⁸. Antes dele, a maioria dos textos publicados nos jornais eram produzidos dentro das redações, sem que houvesse no narrador qualquer postura investigativa. João do Rio teria revolucionado a imprensa brasileira nesse sentido, percebendo que a nova dinâmica urbana demandava um contato direto do jornalista com as ruas, de modo que os periódicos pudessem de fato chegar aos leitores, de modo a provocar identificação e interesse cotidianamente.

Da redação às ruas: em busca da alma da cidade

O sociólogo francês Isaac Joseph afirma que a cidade democrática, cenário de interação de estrangeiros - como havia sugerido Simmel - não tem relações comuns pré-estabelecidas. Por esse motivo, a teoria da estruturação não estaria habilitada a captar

¹⁸ “João do Rio deve ser lido como um pensador social que, com seu temperamento etnográfico, anunciou questões que permeariam grande parte das análises clássicas acerca do desenvolvimento sociocultural do país”. O’DONNELL, Julia Galli. No olho da rua: a etnografia urbana de João do Rio. Rio de Janeiro: UFRJ/ Museu Nacional, 2007.

tudo o que a cidade moderna é. A sociologia da interação sim, seria mais capaz de interpretar essa dinâmica. O dilema do estrangeiro, “*como se dará a interação?*”, que denota um pertencimento social indeterminado, é o dilema de todo habitante da cidade moderna¹⁹. O estrangeiro como figura e não mais apenas como objeto empírico - como nos primeiros anos da Escola de Chicago e no próprio pensamento de Simmel - interage no espaço urbano a partir de reflexões, da expectativa de alianças, que iguala todo ser urbano na condição de estranho. Segundo Joseph, a força do legado de Chicago para nós, hoje, estaria em inverter completamente a problemática da integração, isto é, não preocupar-se em saber como o estrangeiro se torna “igual a todo o mundo”, mas considerá-lo com o qualquer um, como um observador do vínculo social comum (Valladares; Lima, 2000). Autores mais ligados à interação do que à estruturação poderiam, portanto - segundo o autor - traduzir melhor essa cidade de estrangeiros. Não é aleatório o fato dessa perspectiva sociológica - que tem sua origem nas reflexões de Georg Simmel e forma Escola, como comentado por Howard Becker²⁰, em Chicago - coincidir cronologicamente com o olhar desenvolvido pela nova imprensa. Sociabilidade, interação e indiferença no ambiente urbano são objetos de ambos grupos de observadores que, ao lidarem com a cidade moderna, estão também conquistando terreno para a institucionalização de seus respectivos campos de atuação.

Pierre Bourdieu, em artigo que trata do campo político, fala sobre situações de "mudanças de paradigmas" dentro de campos específicos nas quais novos ingressantes mudam de tal maneira os princípios de pertencimento ao campo que pessoas que antes faziam parte dele a partir de então não fazem mais, são desqualificadas, e pessoas que dele não faziam parte dali em diante fazem. Bourdieu cita a revolução impressionista como exemplo de situação na qual “*os detentores da norma, do nomos, da lei fundamental, encontram-se bruscamente desqualificados, ao passo que os heréticos, ao contrário, são consagrados, canonizados*”²¹. No Rio de Janeiro do início do século XX, o campo jornalístico passou por situação análoga. A imprensa popular e moderna que surgia junto com o Rio de Janeiro moderno, se não criou um novo campo, alterou profundamente as relações de força vigentes no universo jornalístico da cidade. A figura do repórter e a sua compreensão de jornalismo e de cidade será aquela a nortear, dali em

¹⁹ In. VALLADARES, Lícia do Prado; LIMA, Roberto Kant. *A Escola de Chicago: entrevista com Isaac Joseph*. BIB, Rio de Janeiro, n.º 49, 1º semestre de 2000, pp. 3-13.

²⁰ BECKER, Howard. Conferência A Escola de Chicago. MANA 2(2):177-188, 1996.

²¹ BOURDIEU, Pierre. *O campo político*. Rev. Bras. Ciênc. Polít. Nº 5, Brasília. Jan./Jul 2011.

diante, o campo jornalístico que se constituía no país. Maria Alice destaca a insistência de Irineu Marinho em se tornar um repórter e a valorização que ele emprestou a esse personagem. Segundo a autora, essa forma de se inscrever no universo jornalístico adotada por Irineu e pelos demais jovens que acorreram àquele posto, se no início foi uma forma subordinada de inscrição, rapidamente se mostrou ser o modo mais eficaz de adequar a imprensa às novas características da sociedade e também de garantir para essa nova categoria profissional a liderança na renovação do jornalismo.

Maria Alice destaca o agenciamento dos debates públicos que tinham curso na capital federal, afirmando que A Noite fazia orbitar à sua volta um público bem maior do que aquele constituído exclusivamente por leitores - como, por exemplo, no já citado caso da roleta da Carioca. Segundo a socióloga, o jornal de Irineu Marinho tangenciou dessa forma um dos principais problemas das cidades modernas, o da sua integração sociocultural. Captando o ritmo e as formas de interação que se davam no ambiente urbano, os repórteres puderam ser atores que promoveram certa integração - mesmo naquela cidade tão marcada pelas desigualdades²². João do Rio e Irineu Marinho, essas duas figuras que vestiram tão bem a roupa de repórteres - cada qual a sua maneira, porém ambos falando a partir das ruas, movimentando-se pela cidade, integrando-a e traduzindo-a nas suas histórias -, tiveram no momento das suas mortes o reconhecimento da cidade.

E aqui, quase que não se trata de uma figura de linguagem. A cidade em peso esteve presente no cortejo fúnebre de João do Rio. A capital federal que, àquela altura, tinha aproximadamente um milhão de habitantes, viu cem mil dos seus cidadãos acompanharem o caixão que levava o corpo do jornalista. Da mesma forma, uma multidão se aglomerou no Largo da Carioca para prestar homenagem ao repórter que criara o mais querido dentre os jornais do Rio de Janeiro. Segundo Carvalho, *“Irineu Marinho morreu como um herói da cidade”* (2012:209). O apreço que a cidade demonstrou por esses seus intérpretes revela que a trajetória desses repórteres foi

²² Segundo Maria Alice, o dado que melhor traduz a intenção de Irineu Marinho de distinguir A Noite dos demais jornais foi o destaque que conferiu às charges e caricaturas, contratando para isso, o mais importante time de artistas da época (2012:107). Com dois grandes eixos de organização das suas pautas: o cotidiano da cidade e a política em todos os níveis, com ênfase no nacional, o jornal abordará, no que se refere à cidade, não somente temas como a abertura de ruas, canalização de rios, iluminação pública, como também “aqueles mais propriamente recobertos pela noção de ethos urbano, isto é, o modo de vida dos cidadãos: a “fezinha” nos jogos de azar, a paciência diante de epidemias ou enchentes, a entrega absoluta aos festejos de Momo” (2012:109).

exitosa, que o posto de observação de onde liam a cidade foi capaz de oferecer vias - naquela quadra foi principalmente a da cultura - para atenuar fronteiras sociais e intelectuais da cidade estabelecendo um léxico comum entre os cidadãos. Originadas da crise de sociabilidade que a cidade viveu no momento de sua modernização, as imagens que contaram o Rio de Janeiro do início do século XX, hoje parecem parte de uma fase idílica da cidade.

A civilização do espetáculo

A civilização do espetáculo é a civilização de um mundo onde o primeiro lugar na tabela de valores vigente é ocupado pelo entretenimento. Assim define Mario Vargas Llosa o mundo contemporâneo. Divertir-se, escapar do tédio, é a paixão universal. *“Não se entediar e evitar o que perturba, preocupa e angustia passou a ser, para setores sociais cada vez mais amplos do vértice à base da pirâmide social, o preceito de toda uma geração”* (2013:30). Das consequências inesperadas, o autor aponta a banalização da cultura, a generalização da frivolidade e, no campo da informação - o que nos interessa diretamente -, a proliferação do *jornalismo irresponsável da bisbilhotice e do escândalo*. De que maneira o jornalismo influenciou na civilização do espetáculo e esta naquele?

Segundo Vargas Llosa, a fronteira que tradicionalmente separava o jornalismo sério do sensacionalista foi perdendo nitidez a tal ponto que em nossos dias seria difícil estabelecer diferença entre os vários meios de informação. Com a transformação do entretenimento e da diversão em valor supremo de uma época, alteraram-se as prioridades também no campo da informação. As notícias passaram a ser importantes ou secundárias, sobretudo, por seu caráter *novidadeiro, surpreendente, insólito, escandaloso e espetacular*. Sem que isso tenha sido proposto, o jornalismo de nossos dias, acompanhando o preceito cultural imperante e deformando seus objetivos tradicionais, procurou - nas palavras do escritor - *entreter e divertir informando* (2013:47). O sucesso desse jornalismo de espetáculo se dá - segundo Vargas Llosa - por não existir forma mais eficaz de entreter e divertir do que alimentar as paixões baixas

dos homens. O alimento mórbido, exigido e reivindicado pela fome de espanto, pressiona os meios de comunicação por parte do público. O escritor adverte que toda generalização é falaciosa, e não se pode pôr todos igualmente no mesmo saco. *“Evidentemente, há diferenças, e alguns meios de comunicação tentam resistir à pressão sob a qual atuam, sem renunciar aos velhos paradigmas de seriedade, objetividade, rigor e fidelidade à verdade, embora isso seja enfadonho e provoque nos leitores e ouvintes o Grande Bocejo de que falava Octavio Paz”* (2013:50). A tendência que, a seu ver, marca o fazer jornalístico de nosso tempo é a ligada ao espetáculo. Vargas Llosa afirma que não estaria em poder do jornalismo, por si só, mudar a civilização do espetáculo que ele contribuiu para forjar.

Desse diagnóstico crítico acerca dos nossos tempos, uma das características mais dramáticas apontadas por Vargas Llosa seria o empobrecimento das ideias como força motriz da vida cultural. O desaparecimento do intelectual dos debates públicos e sua substituição pelas celebridades, como afirma Vargas Llosa, se deve a uma cultura que propicia o menor esforço intelectual, a ausência de preocupação, angústias e, em última instância, de pensamento. O intelectual que legitimava as nossas ideias sobre o mundo, representava essas ideias, foi substituído pelo império da comunicação. Sem a preocupação em ganhar a opinião de modo definitivo, a comunicação e a ideia de entretenimento são, no mundo contemporâneo, forças muito mais poderosas e ativas do que a reflexão e a vida intelectual. A reportagem - que desde a sua origem tem sido uma espécie de ficcionalização da realidade - vê reforçado, contemporaneamente, esse seu traço constitutivo através da ideia de entretenimento. Para contar o drama da novidade o repórter precisa prender a atenção do leitor. E ele só consegue interessar o público se tiver algo que o deleite, faça sorrir, que mexa com sua emoção.

Não se pode negar que esse é um fenômeno constitutivo do jornalismo moderno. O jornal que se tornou independente foi feito para vender e para isso ele apostou nas emoções. Na busca por liberdade editorial e independência para seus posicionamentos políticos, a imprensa moderna dependente da aprovação do público se viu enredada por outra força a conformar a sua voz. Para obter sucesso de mercado, a imprensa teve de submeter-se à pressão das expectativas e das exigências da maioria. Porém, essa política da simplificação demagógica - em tudo oposta à intenção democrática de informar, ou de educar divertindo - não pode ser justificada, como afirma Bourdieu, pelas expectativas do público. Pois os jornalistas não fazem mais que projetar sobre ele suas

próprias inclinações, sua própria visão de mundo. “Especialmente quando o medo de entediar os leva a dar prioridade ao combate sobre o debate, à polêmica sobre a dialética” (1997:134).

Em a “*Influência do jornalismo*” (1997), Pierre Bourdieu examina como a restrição estrutural exercida pelo campo jornalístico, ele próprio dominado pelas pressões do mercado, modifica mais ou menos profundamente as relações de força no interior de diferentes campos. Para o autor, os mecanismos de que o campo jornalístico é o lugar e os efeitos que ele exerce sobre os outros campos são determinados em sua intensidade e sua orientação pela estrutura que o caracteriza. A análise de Bourdieu sobre o campo jornalístico²³ abandona a explicação corrente de que uma determinada ideologia dos dirigentes dos meios de comunicação seria a principal responsável pelo que é produzido pela imprensa. Ao contrário, o autor procura mostrar as diversas variáveis que influenciam o campo jornalístico e os elementos e regras próprios a esse meio profissional, que funcionam como uma espécie de autocensura invisível.

Para Bourdieu, existem restrições externas (pressão econômica e preocupação com os índices de audiência) e internas (necessidade de reconhecimento dos jornalistas por seus pares, submissão ao tempo de realização das matérias e busca incessante pelo furo de reportagem) que fazem com que ocorra uma produção de informações e abordagens homogêneas e virtualmente despolitizadas. Segundo o autor, por causa das restrições próprias do campo jornalístico a cobertura mediática muitas vezes entra em um círculo vicioso que tende a reforçar ou a fazer ressurgirem os estereótipos sobre violência, periferias, áreas perigosas, etc. A concorrência, longe de ser automaticamente geradora de originalidade e de diversidade, tende muitas vezes a favorecer a uniformidade da oferta de notícias.

²³ O mundo social, para Pierre Bourdieu, deve ser compreendido à luz de dois conceitos fundamentais: campo e *habitus*. Sua teoria sociológica está apoiada na ideia de que nem o indivíduo nem a estrutura social se tomados isoladamente são suficientes para explicar a sociedade e os fenômenos que nela ocorrem. O *habitus* consiste em uma matriz geradora de comportamentos, visões de mundo e sistemas de classificação da realidade que se incorporam aos indivíduos, ao mesmo tempo em que se desenvolvem neles. Desse modo, o *habitus* é apreendido e gerado na sociedade e incorporado pelos indivíduos. Em decorrência desse caráter flexível e relacional, o conceito de *habitus* somente pode ser entendido com o seu par epistemológico: o conceito de campo. Esse conceito complementa o de *habitus*, consistindo no espaço em que ocorrem as relações entre os indivíduos, grupos e estruturas sociais, com uma dinâmica que obedece a leis próprias, animadas sempre pelas disputas ocorridas em seu interior.

Segundo Bourdieu, trata-se de uma dinâmica mundial, na qual a comunicação prevalece sobre a reflexão²⁴. Ora, nos alerta o francês, quando se faz sociologia, aprende-se que homens e mulheres têm sua responsabilidade, mas que eles ou elas são em grande parte definidos em suas possibilidades e suas impossibilidades pela estrutura na qual estão situados e pela posição que ocupam nessa estrutura (1997:77). Observa-se hoje, segundo Bourdieu, que as sanções internas tendem a perder sua força simbólica e que os jornalistas e jornais, mesmo aqueles comprometidos com ideais de objetividade e isenção, perdem sua aura e são, eles próprios, obrigados a fazer concessões à lógica do mercado. Um novo princípio de legitimidade introduzido pela influência da televisão comercial, a consagração pelo número e pela “visibilidade na mídia”, tem sido capaz de conferir um substituto aparentemente democrático das sanções específicas impostas pelos campos especializados (1997:109). Em um universo dominado pelo temor de ser entediante e pela preocupação de divertir a qualquer preço, a tendência que se observa por toda parte, seria segundo Bourdieu, a de *“sacrificar cada vez mais o editorialista e o repórter-investigador em favor do animador-comunicador, a informação, análise, entrevista aprofundada, discussão de conhecedores ou reportagem em favor do puro divertimento e, em particular, das tagarelices insignificantes dos talk shows”*. (1997:133)

Os “óculos” especiais a partir dos quais jornalistas veem certas coisas e não outras operam uma seleção e uma construção do que é selecionado (1997:25). Jornalistas - e aqui evidentemente incluem-se os repórteres - interessam-se pelo excepcional, pelo extraordinário e oferecer cotidianamente o que não é ordinário não é fácil. Através dessa maneira mais do que interessada, enviesada, de evocar o extraordinário, os profissionais de mídia criam o que Bourdieu chama de *efeito de real*; a simples narração, o fato de relatar como repórter, implica uma construção social da realidade capaz de exercer efeitos sociais de mobilização ou desmobilização (1997:28).

Mario Vargas Llosa diz que no passado, a cultura foi uma espécie de consciência que impedia as pessoas de darem as costas à realidade nua e crua de seu tempo. Agora,

²⁴ “O problema maior da comunicação é de saber se as condições de recepção são preenchidas; aquele que escuta tem o código para decodificar o que estou dizendo? [...] A comunicação é instantânea porque, em certo sentido, ela não existe. Ou é apenas aparente. A troca de lugares comuns é uma comunicação sem outro conteúdo que não o fato mesmo da comunicação. [...] Ao contrário, o pensamento é, por definição, subversivo: deve começar por desmontar as ideias feitas e deve em seguida demonstrar.” BOURDIEU, Pierre. Sobre a televisão - seguido de: A influência do jornalismo, e, Os Jogos Olímpicos. Tradução Maria Lucia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997. Pg. 41.

ao contrário, seria um mecanismo que permite ignorar os assuntos problemáticos, que nos distrai do que é sério, “*submergindo-nos num momentâneo “paraíso artificial”*” (2013:183). Um dos grandes problemas dos sociólogos, alerta Bourdieu, seria o de evitar cair em uma ou outra das duas ilusões simétricas na tentativa de comparar épocas distintas. A ilusão do “*nunca visto*” e a do “*sempre assim*” é um risco sempre muito grande quando se constrói essas aproximações temporais. O sociólogo pode se enganar e descrever o banal como algo inaudito, simplesmente por incultura (1997:61). Segundo o pensador francês, é preciso evitar ignorar a especificidade da situação atual que, para além das coincidências resultantes do efeito das homologias, apresenta características relativamente sem precedente. Conforme a sua análise, os efeitos que o desenvolvimento da televisão produziu no campo jornalístico e, através dele, em todos os outros campos de produção cultural, são incomparavelmente mais importantes, em sua intensidade e amplitude, que aqueles que o surgimento da literatura industrial, com a grande imprensa e o folhetim, provocou no momento de seu surgimento. (1997:102).

Prevenidos do risco da aproximação entre épocas distantes, podemos afirmar que os intelectuais foram e são ainda hoje criadores de imagens, de imaginações sobre a vida social. A força produtiva das ideias elaboradas sobre a vida em sociedade, como vimos, tem efeito sobre o mundo. Mesmo em um tempo no qual a reflexão foi deslocada em favor do entretenimento, a produção e reprodução de imagens consensuais sobre a vida em conjunto continua tendo força, continua sendo capaz de influir diretamente, ou melhor, materialmente no mundo. Porém, quais são as imagens que mobilizamos, nos dias presentes, para falar do Rio de Janeiro? Correndo o risco do pessimismo, pode-se afirmar que a imagem de uma cidade caótica, palco de uma sucessão infinita de barbaridades, é aquela que - estando diariamente nos jornais e telas da cidade - habita a imaginação dos cariocas. A sociabilidade advinda das ruas que informou a construção de uma imagem do Rio de Janeiro pela imprensa, desde o final do século XIX, hoje não existe como outrora. Ao menos não é traduzida pelos jornais como foi um dia. E se tal imagem insiste em se apresentar nos momentos em que se pretende vender a cidade, ela já não conquista o coração dos seus habitantes.

O peculiar dessa imagem malsã que nos traz as reportagens contemporâneas sobre a cidade é que muitas vezes sua origem prescinde aquilo que outrora foi fundamental para o surgimento do próprio “olhar” do repórter: a vivência das ruas, a observação *in loco*. Se mantém seu caráter literário - aproximando-se da literatura pela

forma de narrar o drama da novidade, estilizando e ficcionalizando os fatos a despeito do dogma da objetividade -, a reportagem, ao menos a que é nosso objeto de reflexão (a reportagem policial no Rio de Janeiro), parece ter abdicado do seu papel de testemunha ocular dos acontecimentos. Apurando cada vez mais de dentro das redações, consultando nos seus computadores o oráculo contemporâneo que para todas as perguntas tem resposta, repórteres se afastam das ruas e já não tem como captar ou inventar a alma da cidade.

Fato análogo é apontado por Mario Vargas Llosa ao receber em Frankfurt o Prêmio da Paz (Friedenspreis) dos editores e livreiros alemães. Embora acredite que a literatura deva comprometer-se com os problemas de seu tempo, o escritor diz que não se pode afirmar que o compromisso cívico e moral do intelectual garanta o acerto na defesa da melhor opção que possa contribuir para a vida em conjunto. Sem renunciar a entreter, a literatura deveria, no entanto, *“mergulhar até o pescoço na vida das ruas, na experiência comum, na história em curso, como fez em seus melhores momentos, porque, desse modo, sem arrogância, sem pretender a onisciência, assumindo o risco do erro, o escritor pode prestar um serviço a seus contemporâneos e salvar seu ofício da decadência em que às vezes parece estar caindo”* (2013:197).

Devemos lembrar, nesse momento em que caminhamos para o final dessa argumentação, que aquele jornalismo dos primeiros anos do século XX foi buscar na observação das ruas as respostas para as mudanças que se davam em ritmo acelerado. Movimentando-se pela cidade, os repórteres de então foram capazes de atenuar fronteiras sociais e intelectuais estabelecendo um léxico comum entre os cidadãos. As imaginações construídas sobre o Rio de Janeiro estavam marcadas pelo lugar de onde se originavam, as ruas. Essa imagem na qual se reconheciam os cariocas na passagem do século XIX para o XX, não funciona no momento presente. Não há uma nova imagem da cidade do Rio de Janeiro e não se imagina de onde ela possa vir. A cidade precisa de intérpretes, precisa de leitores, a cidade precisa ser melhor compreendida. Evidente que essa tarefa não é exclusiva da imprensa ou dos repórteres. Mas se esses intelectuais - que no século passado reivindicaram a primazia da interpretação da cidade moderna - tomarem para si ao menos a missão de voltar-se novamente para as ruas a fim de captar a sociabilidade dos cidadãos, talvez se possa, como Vargas Llosa afirmou sobre a literatura, salvar esse ofício da decadência em que muitas vezes parece ter caído.

Referências bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. *O campo político*. Rev. Bras. Ciênc. Polít. Nº 5, Brasília. Jan./Jul 2011.

_____. *Sobre a televisão - seguido de: A influência do jornalismo, e, Os Jogos Olímpicos*. Tradução Maria Lucia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

BURGOS, Marcelo. *Cidade, Territórios e Cidadania*. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 48, no 1, 2005, pp. 189 a 222.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *Cidade mutante*. In. Redemocratização e mudança social no Brasil. Org. Maria Celina D’Araújo. Rio de Janeiro: FGV, 2014. pp. 145-160.

_____. *Irineu Marinho: imprensa e cidade*. São Paulo: Globo, 2012.

_____. *Violência no Rio: discursos semânticos e institucionais sobre os discursos sobre o mal*. Comunicação e Política, Rio de Janeiro, ano 1, vol. 1, n. 2, 1995a. Nova Série.

_____. *Cidade escassa e violência urbana*. Série Estudos, Iuperj: Rio de Janeiro, nº 91 / agosto de 1995b.

_____. *Quatro vezes cidade*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1985.

GLOCK, Clarinha. *Mapa de riscos para jornalistas*. Miami: Colonial Press International Inc, 2006.

MOLICA, Fernando (Org.). *50 anos de crimes – Reportagens policiais que marcaram o jornalismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2007.

NOBRE, Carlos. *Direto do front: a cobertura jornalística de ações policiais em favelas do Rio de Janeiro*. ALCEU, Rio de Janeiro, n 11, Rio de Janeiro: Editora PUC, 2005. p. 104-119.

O’DONNELL, Julia Galli. *No olho da rua: a etnografia urbana de João do Rio*. Rio de Janeiro: UFRJ/ Museu Nacional, 2007.

PAIVA, Anabela; RAMOS, Silvia. *Mídia e Violência: tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

RONDELLI, Elizabeth. *Imagens da violência e práticas discursivas*. RONDELLI et alli (orgs). Linguagens da violência. Rio de Janeiro: Rocco, 2000, p. 144-162.

VALLADARES, Lícia do Prado. *A invenção da favela - do mito de origem à favela.com*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

VALLADARES, Lícia do Prado; LIMA, Roberto Kant. *A Escola de Chicago: entrevista com Isaac Joseph*. BIB, Rio de Janeiro, n.º 49, 1º semestre de 2000, pp. 3-13.

VARGAS LLOSA, Mario. *A civilização do espetáculo: uma radiografia do nosso tempo e da nossa cultura*. Tradução Ivone Benedetti. 1ª edição. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.

WERNECK VIANA, Luiz. *A propósito de uma introdução*. In. *Redemocratização e mudança social no Brasil*. Org. Maria Celina D'Araújo. Rio de Janeiro: FGV, 2014. pp. 11-17.